

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Etelvina! Acertei no milhar!” – Os jogos de azar no discurso da Associação Comercial do Rio de Janeiro e a criação do Serviço de Recreação Operária.

Angela Brêtas*

Resumo: Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, este trabalho apresenta a análise efetuada nos discursos sobre os jogos de azar emitidos no âmbito da Associação Comercial do Rio de Janeiro entre 1922 e 1926. Para nós o Serviço de Recreação Operária se constituiu em campos discursivos diversos e estes discursos isolados ao serem deslocados, interligados, colocados em conjunto e tornados pertinentes geraram um campo de presença que tornou possível sua criação. Nesta perspectiva o discurso sobre os jogos de azar emitido pelo patronato comercial é considerado como uma das dispersões que confluíram para formar o campo de presença do Serviço já que se referia ao processo de construção de um novo trabalhador e de seu controle, inclusive no tempo de repouso. Este trabalho é parte de uma tese de doutorado na qual analisamos os debates e as posições adotadas pela Associação sobre a duração da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias e sobre os temas que os atravessam a fim investigar as dispersões dos discursos sobre o tempo do não-trabalho.

Palavras-chave: jogos de azar, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Serviço de Recreação Operária

Abstract: With purpose to amplify the comprehension about creation and working of the Factory Workers Recreational Service, an organ created in 1943, by the Ministry of Labour, Industry and Commerce in the time of administration of Alexandre Marcondes Filho, this work presents an analysis effectuated in speeches about the games of chance emitted in the ambit of Commercial Association of Rio de Janeiro between 1922 and 1946. To us, the Factory Workers Recreational Service consists of many discursive fields and these isolated speeches when are displaced, interlinked, disposed in whole and turned relevant beget a field of presence that turned again possible its creation. In this perspective the speech about games of chance emitted by the commercial protector is considered as one of the dispersions that joined to form the Service field of presence once is related to the procedure of a new worker construction and his control, but also at his leisure time. This work is part of a dissertation in which we analyze the debate and positions adopted by the Association about the day's work duration, about the vacation and themes that cross them in order to investigate the dispersions of speeches about the no-work time.

Keywords: games of chance, Commercial Association of Rio de Janeiro, Labourer Recreation Service.

* Professora Doutora.

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO) decidimos analisar os discursos daqueles que compuseram uma importante força no processo de conformação do tempo do não-trabalho: os patrões. Optamos por investigar os dispositivos ativados pelos comerciantes ligados à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), por esta ser uma entidade que tendo sido criada em 1820, sempre agiu no sentido de delimitar seu campo de atuação. A Associação é tomada como uma representação do pensamento dos empresários do comércio, cabendo esclarecer que mesmo no interior de uma entidade patronal havia tensões e conflitos que tornavam aparentes as divergências de opiniões. Todavia, apesar destas diferenças, acima de tudo estava a tentativa de consolidação de um poder e de um lugar social o que levava a entidade a encontrar soluções para os eventuais impasses. Este trabalho é parte de uma tese de doutorado na qual analisamos os debates e as posições adotadas pela Associação sobre a duração da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias e sobre os temas que os atravessam a fim investigar as dispersões dos discursos sobre o tempo do não-trabalho.

A ACRJ era uma instituição que acompanhava de perto as medidas governamentais, procurando interferir sempre que se sentia prejudicada. Participava fortemente da vida política do país, em especial do Distrito Federal, e sua atuação tinha o quádruplo objetivo de proteger os interesses dos associados, fazer soar alto sua voz nas instâncias de poder, garantir sua penetração e intervir sempre que fosse possível e necessário. Segundo Gomes (1979), a ACRJ era uma instituição que congregava a elite dos homens de negócio ligados ao comércio. Concordamos com a autora em parte, pois apesar da Entidade ter como afiliadas, por exemplo, a *“British Chamber of Commerce in Brazil”*, *“The Marine Insurance Association”*, o *Centro dos Industriais de Serraria*, o *Centro Industrial do Brasil* e a *Associação das Companhias de Seguros*, também eram associadas a *Sociedade União Commercial dos Varegistas de Seccos e Molhados*, a *Associação dos Proprietários de Padarias*, o *Centro dos Comerciantes de Botequins e Mercearias do Rio de Janeiro*, dentre outros representantes do pequeno comércio. Apesar de não acreditarmos que houvesse homogeneidade nos interesses do comércio e da indústria como um todo e, mais, que tal homogenia pudesse corresponder em absoluto aos interesses desta elite, pensamos que as informações obtidas a partir dos relatórios da ACRJ são uma valiosa fonte para acompanhar as atividades deste grupo, que, afinal de contas, agia com o objetivo de ocupar um lugar de destaque na sociedade.

As atividades da ACRJ visavam formar uma unidade de pensamento de modo a poder intervir no debate e interferir nas ações relativas às questões comerciais e financeiras

defendendo seus interesses. Nesse sentido realizaram algumas operações que se somaram na construção desse campo de atuação consolidando sua posição diante do Estado e da sociedade como um todo. Inicialmente combateram os ilegais, de modo a excluí-los, e estabeleceram quem poderia ser considerado e respeitado como bom comerciante. Criaram mecanismos de identificação de produtos de boa qualidade, fizeram reclamações e propostas, participaram de comissões de estudo ligadas às diversas instâncias de Poder, divulgaram suas posições e opiniões e, buscaram, aumentando o número de associados, ampliar seu poder nas esferas sociais. Deste modo, nas operações de delimitar, recortar, incluir e excluir a Associação Comercial do Rio de Janeiro reforçou sua identidade e regulou o campo, uniformizando internamente seu discurso e informando a sociedade de um modo geral.

No entanto, há outros aspectos a serem investigados com relação a ACRJ. Como “a manutenção de um templo se encontra condicionada à existência de projetos, sujeitos e práticas” (Gondra, 2004, p. 74), é necessário desenvolver mecanismos de manutenção da Instituição criada. Nesta perspectiva, cabe examinar com atenção e, na medida do possível, as estratégias que foram utilizadas pela Entidade para garantir sua permanência. Já citamos algumas das instituições afiliadas e, de certo modo, por meio delas podemos ter noção de quem eram seus associados. Contudo, para manter este lugar não bastava apenas ter afiliados, era fundamental que as idéias e posições fossem divulgadas e para isso foram criados quatro mecanismos com objetivos diversos e, por conseguinte, com diferentes suportes materiais e modalidades narrativas, quais foram: a revista, os boletins, as atas e os relatórios.

Pelos limites impostos por este trabalho, não poderemos apresentar em detalhes as análises dos três primeiros, logo, iremos nos deter apenas nos relatórios. **Esta produção foi analisada tendo por base um triplo** aspecto. O primeiro está relacionado à maneira como os empresários do comércio viam seus empregados, o segundo está ligado ao que era considerado nocivo ao trabalho e, em conseqüência prejudicial para a obtenção dos lucros e, o terceiro dizia respeito às manifestações dos empresários acerca das tentativas ou das firmes intervenções do Governo para regular as relações entre patrões e empregados. Nosso interesse neste material específico deve-se ao fato de que nele há chances de acompanhar, em certa medida, o surgimento e o encaminhamento das questões que, afetando os interesses da Entidade, geravam debates e demandavam soluções. Como algo do que era discutido era transcrito, é possível, inclusive, conhecer alguns de seus personagens mais atuantes, suas posturas e opiniões, bem como observar as tensões e os conflitos.

Iniciamos sua análise em 1902 e prosseguimos até 1944, entretanto, neste estudo iremos tratar apenas dos discursos até 1926. Ao analisarmos esta produção temos

conhecimento de que a amplitude do período estudado poderia dificultar o trabalho, entretanto, cremos que tal amplitude pode ser posta a nosso favor, na medida em que neste intervalo de tempo, algumas temáticas são encobertas, outras se fortalecem e outras emergem em um movimento que não é linear e, muito menos, contínuo. Neste período mais longo não estamos procurando por um fio invisível que liga os acontecimentos, trata-se de uma maneira mais sistemática de observar a emergência dos discursos com o fito de perceber suas dispersões, escansões e descontinuidades.

Esta análise teve uma orientação muito clara. Para nós o Serviço de Recreação Operária se constituiu em campos discursivos diversos. Estes discursos isolados ao serem deslocados, interligados, colocados em conjunto e tornados pertinentes geram um campo de presença que torna possível sua criação. Neste sentido o SRO começou a ser gestado quando emergiram e circularam enunciados iluminados pelo mesmo ponto de vista no âmbito das instituições/espacos/organizações daqueles que detinham o poder e a quem interessavam as mudanças nas ordens social, econômica, financeira, cultural, política e moral. Nosso interesse específico neste estudo está relacionado ao processo de configuração do tempo do não-trabalho, na medida em que o Serviço de Recreação Operária destinava-se a efetuar mudanças nos comportamentos e nos costumes lúdicos dos operários. Temos plena consciência de que ao fazermos isso também acompanhamos parte do processo de elaboração e de implantação da legislação social ocorrido durante a 1ª República, período no qual as relações de produção estavam se modificando.

O interesse em moldar uma nova ordem social, impulsionado pela contribuição da ciência conformou as ações/intervenções das elites que utilizaram inúmeros dispositivos – livros, palestras, revistas periódicas, jornais, sentenças judiciais e relatórios, dentre outros - para fazer circular os conhecimentos científicos produzidos. No que dizia respeito à formação de riquezas era necessário forjar um trabalhador adequado à nova ordem capitalista que se instaurava, deste modo, era preciso colocar em ação dispositivos de controle que compelissem os homens ao trabalho. Este, paralelamente, teria que assumir uma conotação mais positiva. A Medicina e o Direito, aliados na força de suas argumentações foram importantes artífices deste processo ao interligarem trabalho, saúde, moralidade pública e individual, criminalidade, família e pátria. Óbvio está que o sucesso desta empreitada não pode ser contabilizado como absoluto, pois, entre o que se pretende atingir e o que efetivamente se consegue existe uma notável distância, entretanto, podemos considerar que, entre avanços e recuos, as elites alcançaram um bom êxito nesse processo de normatização.

Ao trabalho passaram a estar referidos atributos morais e o trabalhador, justamente por ser trabalhador, já era considerado como portador de virtudes tais como honestidade, respeitabilidade e honradez (Esteves, 1989). Nesta perspectiva, a ACRJ também se configurou como uma organização de controle do trabalhador, na medida em que pôs a circular discursos sobre como seria o empregado perfeito. Adequado à nova ordem, seria aquele que não jogasse, não bebesse e que honrasse a família, o patrão e a pátria e, por estes motivos os problemas causados pelos jogos de azar geraram inúmeros debates e fortes reações como poderemos acompanhar a seguir.

O discurso sobre os jogos de azar emerge no relatório de 1922, apresentado em 1923 e prossegue nos mesmos termos nos relatórios de 1924, apresentado em 1925, e no de 1925, apresentado em 1926. Neste período eram quatro os alvos da preocupação dos comerciantes: os mafuás, as ‘andorinhas’, o jogo do bicho, e todos os outros tipos de jogos de azar que aconteciam em casas especializadas. Em 1922, o representante da Sociedade União do Commercio Varejista de Seccos e Molhados, afiliada da ACRJ, reclamava de uma nova forma de “*kermesse*” (Relatório ACRJ, 1922, p. 358), designada na gíria por ‘mafuá’, que vinha causando prejuízos ao comércio “honesto” (p. 358). Referia-se a um tipo de feira na qual se vendia/apostava toda espécie de objetos e que, segundo ele, tinha um movimento maior do que o das feiras livres. Nestes locais eram negociados produtos sem selo de identificação e sem as devidas precauções higiênicas, além disso, se jogava na roleta e em todo tipo de aposta. Este protesto é um exemplo do esforço empreendido pelos comerciantes para criar e consolidar seu campo de atuação, pois quando se referia aos prejuízos causados pelos mafuás aos negociantes honestos, pressupunha a existência dos desonestos que eram justamente aqueles que mercadejavam nestes lugares. A situação destes últimos piorava na medida em que seus produtos não possuíam os selos que identificavam os de boa qualidade e procedência e que atendiam às regras da higiene pública. Afora tudo isso, nestes ambientes, jogava-se à vontade, o que constituía um estímulo àquele que era considerado como o pior dos vícios.

Na queixa do representante da Sociedade estão presentes as operações de excluir, recortar e delimitar, todas elas destinadas a reforçar a identidade do comerciante. Identidade de negociantes confiáveis e atentos às importantes questões de higiene e de saúde pública da época, e que não deixavam, inclusive, de observar seu papel de protetores daqueles que não sabiam cuidar de si mesmos, isto é, os pobres. Excluindo aqueles que eram vistos como desonestos, recortando e delimitando o espaço no qual os honestos negociavam, era fortalecido o *status* dos comerciantes legalmente estabelecidos que respeitavam e criavam

regras concernentes a uma boa, leal e confiável prática do comércio, e que, por isso, não seriam encontrados em mafuás. O segundo grupo que era visto como um grande inimigo do comércio varejista era formado pelas chamadas ‘andorinhas’. Estas causavam apreensão ao negociar produtos de porta em porta, sem licença e sem pagar qualquer tipo de tributo, e por isso deveriam ser reprimidas. Entretanto, sobre elas não são tecidas grandes considerações.

Com relação ao jogo do bicho, em 1924, o mesmo conjunto de comerciantes ligado ao comércio de utilidades no varejo, reunido em torno da Sociedade União, se queixou dos prejuízos causados aos negócios por essa modalidade de aposta e se mobilizou enviando uma reclamação às instâncias competentes de poder. Para os sócios da Sociedade/ACRJ esse jogo era o que de pior havia para os mais pobres, porque alastrava a pobreza em benefício de alguns exploradores sem escrúpulos. Aos olhos destes homens seus lucros diminuía pelo fato de os clientes perderem o dinheiro das despesas da vida doméstica cotidiana na ‘lista’. O fato do jogo do bicho não exigir grandes estruturas para poder funcionar, ser de fácil compreensão e possibilitar apostas de pequenas quantias, tornava-o muito acessível e facilitava sua propagação e instalação em toda a cidade. Na visão dos comerciantes esta facilidade o tornava perigoso para aqueles que se dispunham a gastar suas poucas economias arriscando a sorte. Nas difíceis condições enfrentadas pelos pobres os jogos de azar poderiam se configurar em uma alternativa à pobreza e a uma vida sem grandes perspectivas criando uma falsa ilusão de riqueza ou, até mesmo trazendo pequenas melhorias nos casos de uma ‘boa estrela’.

Também encontramos o debate sobre o mal causado pelos jogos de azar praticados em estabelecimentos especializados. No relatório de 1922, dando mostras de sua aliança com o patronato, a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (AECRJ), enviou uma representação à Câmara dos Deputados, com cópia para a ACRJ. Nesta a entidade representativa dos empregados reclamava contra o projeto que estava em andamento na Casa sobre a legalização do jogo em cassinos e em clubes fechados. Para ela a legalização do jogo o elevaria à condição de entretenimento o que significaria um estímulo ao vício, ao crime, à miséria e à desonra, além disso, seria praticar um desserviço à pátria e à sociedade. A alegação era de que o jogo era o mais terrível dos vícios, que intoxicava o país, subvertia a ordem dos negócios públicos e particulares, e que havia assumido proporções “aterradoras”, pois em “todos os cantos se encontravam casas de tavolagem” (Relatório ACRJ, 1922, p. 359), de entrada gratuita. Ao que parece estas casas de jogo exerciam grande atração, pois apresentavam um ambiente luxuoso, com bebida e música e com a possibilidade de sexo.

O jogo era visto como um mal que atingia a todos, ricos e pobres, sendo que eram estes últimos os alvos da preocupação da Associação. Os primeiros, viciados em jogo, dilapidavam suas fortunas e os pobres, porventura empregados, eram levados a praticar crimes. Percebe-se que para os patrões a honradez do empregado poderia ser abalada pelo seu estado financeiro, isto é, quanto mais pobre maior a chance de ser corrompido. Se ele exercesse cargo de confiança a preocupação com a possibilidade de se viciar aumentava. A grande inquietação dos patrões estava relacionada a golpes tais como o furto e o estelionato. Esta é uma temática que pode fornecer, ao menos, duas indicações. A primeira sobre o grande temor dos patrões com a possibilidade de serem furtados ou de caírem em um golpe e a segunda, como consequência direta da anterior, que isto poderia ser um acontecimento relativamente comum.

Na tentativa de combater o problema, dentre outras sugestões, propôs-se que o jogo fosse proibido para menores, para aqueles que não pudessem comprovar sua renda e para os que fossem responsáveis por bens alheios. Além disso, deveria ser mantido longe dos grandes centros sendo transferido para estâncias hidrominerais, termas ou climáticas, o que dificultaria o deslocamento e acesso dos pobres. Esta última medida vista como patriótica, pretendia torná-lo o mais inacessível para evitar que novas pessoas se viciassem. Havia, ainda, a possibilidade de serem inaugurados cassinos nas praias da cidade, bem como em clubes fechados. Apesar de considerar que deveria ser proibido a ACRJ ressalta que nestes locais de turismo e descanso o jogo ficaria restrito ao entretenimento da “nossa alta sociedade” (Relatório de 1922, p. 358). O que leva a pensar que os ricos estariam imunes ao mal, pois era a pobreza que compelia o sujeito ao jogo, ao vício e ao crime.

Sobre a ‘fraqueza natural dos pobres’ concepção que aparece nos discursos do patronato, Gomes (1979) afirma que nas sociedades pré-industriais a pobreza era considerada como algo normal e necessário. Era ela que compelia os homens ao trabalho. O homem comum que era visto como um ignorante, preguiçoso, sem ambição e com tendência ao vício precisava da pobreza para se tornar disciplinado e morigerado. Devido a seus vícios e fraquezas, os pobres necessitavam de proteção e cabia àqueles mais bem posicionados o dever ético, político, religioso e moral de protegê-los. Em troca eles seriam trabalhadores obedientes e leais. Este tipo de concepção marca as relações de trabalho nas sociedades pré-industriais ocidentais, mas é possível encontrar seus sinais nos primórdios das relações capitalistas na cidade do Rio de Janeiro, como temos observado.

Outra noção que permeia os discursos é a que relaciona pobreza e criminalidade. Sobre esta, para uma maior compreensão encontramos apoio em Challoub (1996). Para ele as

expressões classes pobres e classes perigosas possuem praticamente o mesmo significado. Tal relação começa a ser estabelecida no período posterior à abolição da escravidão quando, em debates ocorridos na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, em 1890, procurava-se encontrar uma saída para o problema criado pela abolição formal dos escravos com a discussão de um projeto de lei de repressão à ociosidade. Para os deputados imperiais o bom cidadão era honesto, trabalhador, gastava com moderação e, por conseguinte, conseguia ter melhores condições de vida. Aqueles que permaneciam na pobreza eram suspeitos de não terem comportamento adequado, terem vícios, de não quererem trabalhar, ou de não serem bons trabalhadores. Nesta perspectiva, a ociosidade e pobreza estavam, por suas próprias naturezas, inseparavelmente ligadas. Começa a ser instituída neste momento a relação entre ociosidade e criminalidade que tomou os negros como principais suspeitos, pois as classes pobres eram formadas, em sua maioria por ex-escravos, por aqueles que já eram libertos à época e por seus descendentes. O autor ainda assevera que a concepção de que a pobreza estava diretamente relacionada a uma criminalidade em potencial teve e, tem, enormes conseqüências para a história de nosso país. É, por exemplo, um dos fundamentos básicos da atuação das forças policiais nas grandes cidades brasileiras e, em nossa opinião, também de uma política assistencialista de atuação voltada para jovens pobres, moradores em favelas e nas periferias das grandes cidades.

No que diz respeito a ACRJ é interessante perceber que nestes anos de 1922 até 1926 o discurso sobre os jogos de azar, em qualquer das suas modalidades, teve três grandes pontos de apoio, quais foram: os prejuízos causados ao comércio, ao indivíduo e à Pátria. Claro está que não configuraram instâncias isoladas, pois estavam imbricados. É neste contato que se forma um campo discursivo que, ao mesmo tempo em que remete aos limites do modo de pensar do patronato à época, expõe a singularidade desse discurso, isto é, naquelas condições históricas, este era o modo possível de operar sobre os fatos. Além disso, cria um campo de memória no qual alguns discursos permanecem e são transmitidos, outros emergem, outros desaparecem e mais adiante são retomados e, nesse movimento vão sendo criadas as condições para o surgimento do Serviço de Recreação Operária.

Referências Bibliográficas

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.